

## Com a cara do governo: algumas considerações sobre a ausência do golpe de 1964 nas aplicações do Exame Nacional do Ensino Médio no governo Bolsonaro

Raissa Gouveia de Melo Efrem<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente trabalho objetiva estudar a ausência do conteúdo Golpe de 1964 na prova do Enem aplicada durante os três anos vigentes do governo Bolsonaro (2019-2021), abordando as consequências dessa (falta de) narrativa e a fim de identificar a quem serve o negacionismo e as tentativas de revisionismo do presidente da república. Foram utilizados em nossa metodologia quantitativa e qualitativa os próprios cadernos de provas do Enem desde 2011, sites políticos, livros e artigos a respeito de educação e de narrativa histórica.

**Palavras-Chave:** Enem. Governo Bolsonaro. Educação. Narrativa.

### ABSTRACT

The present work aims to study the absence of the 1964 coup content in the Enem test applied during the three years of the Bolsonaro government (2019-2021), addressing the consequences of this (lack of) narrative and in order to identify who serves denialism. and the president's attempts at revisionism. In our quantitative and qualitative methodology, the Enem exam notebooks since 2011, political websites, books and articles about education and historical narrative were used.

**Keywords:** Enem. Bolsonaro government. Education. Narrative.

### Introdução

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), de acordo com o *website* do governo federal, é o vestibular mais importante do Brasil, principal porta de entrada para universidades tanto públicas quanto privadas, o qual também garante a estudantes de baixa renda o acesso a programas governamentais como o ProUni e o Fies. Esse vestibular é redigido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o sistema educacional brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.

Dado que uma autarquia tem poder absoluto sobre a nação, ela não responde ao presidente. As provas do Enem são elaboradas, portanto, de maneira confidencial e imparcial. No ano de 2021, contudo, essa liberdade foi ameaçada, pois 3 funcionários do Inep solicitaram

---

<sup>1</sup> Mestranda em História Cultural pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: [raissaefrem@hotmail.com](mailto:raissaefrem@hotmail.com)

exoneração coletiva em protesto ao assédio praticado pelo governo federal, como será visto mais adiante.

O conteúdo programático como referente à grade curricular do Ensino Médio, a partir da sexta competência específica, que se propõe a tratar “da linguagem política (aristocracia, democracia, república, autoritarismo, populismo, ditadura, liberalismo, marxismo, fascismo, stalinismo etc), mostrando como os termos passaram por mudanças ao longo da história” somado à habilidade EM13CH602:

Identificar, caracterizar e relacionar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da cidadania. (BRASIL, 2107, p. 581)

O tema se fez presente no Enem em todas as provas aplicadas de 2011 até 2018 – último ano antes de Jair Bolsonaro assumir como presidente; desde 2019 o conteúdo não aparece no exame.

O *corpus* do presente artigo são as provas do Enem aplicadas durante os três anos vigentes do governo Bolsonaro (2019-2021), com o objetivo geral de identificar o porquê dessa ausência; os objetivos específicos são buscar a quem serve essa (falta de) narrativa, como apontar quais as consequências desses apagamentos intencionais, posto que a omissão diz tanto quanto a presença. Por que se fez tanta questão de remover a temática das provas? A ignorância e o esquecimento não possibilitam que haja uma história integral da sociedade.

O presente trabalho se justifica pela necessidade de se investigar a quem serve o constante negacionismo do presidente do Brasil e em esclarecer o porquê da insistência em alfinetar temas sensíveis para a nação. Redigir um acontecimento, relendo o documento ou o testemunho oral como se ele fosse a “fonte da verdade” não é suficiente, como mostra Márcia Maria Menendes Motta (2012), posto que para se fazer história “é preciso estar atento aos aspectos aparentemente sem importância, detalhes muitas vezes desprezíveis, termos e palavras sem sentido em uma primeira aproximação” (MOTTA, 2012, p. 29).

Por este se tratar de um trabalho sobre história do tempo presente, torna-se mais complexo, afinal as principais fontes são os próprios cadernos de prova do Enem e os discursos do presidente. Então, é necessário demasiado cuidado para que a ausência de erudição não estimule estudos superficiais, ancorados “em depoimentos diretos, produzidos pelas memórias

dos entrevistados e recolhidos acriticamente, reafirmando assim uma memória não coincidente com as evidências empíricas” (MOTTA, 2012, p. 34).

As fontes utilizadas, finalmente, para a escrita do presente artigo foram as próprias provas do Enem aplicadas de 2011 a 2021, além de artigos científicos e sites governamentais a respeito dos temas propostos: educação, narrativa, golpe de 1964 e governo Bolsonaro para se chegar a uma síntese do porquê o conteúdo do golpe militar desapareceu do Enem desde a sua posse.

Tomamos a última década como presente, posto que, como questiona March Bloch (2002), a cadeia infinita de causas somada ao longo dos séculos estaria de fato tênue na extremidade mais próxima de nós? Uma pretensa ciência do presente “estaria constantemente se transformando numa ciência do passado, visto que o presente pouco dura, é “um instante que mal nasce morre” (BLOCH, 2002, p. 60). Ou seja, na linguagem corrente, "presente" quer dizer passado recente, mas o quão recente? Falta precisão, como mostra o próprio Bloch. De quantos anos exatos se trata? O último ano? Os últimos 5 ou 10? A década em que nos encontramos ainda pode ser vista como presente? Quanto mais as tecnologias se desenvolvem, mais distante esse intervalo se torna, principalmente no psicológico das gerações.

As narrativas memoriais, somadas a outras fontes, podem conceber questionamentos diversos acerca de determinado momento histórico. Estudar essa temática implica em compreender a importância não só da narrativa transmitida nos discursos proferidos por uma figura pública, como também de questionar as presenças e as ausências. Uma prova com a cara do governo, como solicitou o presidente, está tomando uma estrada esburacada e muito difícil de asfaltar. Um caminho tortuoso cujo fim do túnel é o negacionismo e o revisionismo histórico.

A nossa primeira seção se propõe a explicar o que é o Enem, quais os presidentes do Brasil de 2011 até 2021 e a explanar as questões sobre ditadura trazidas nas provas aplicadas antes do governo Bolsonaro. A segunda seção, por sua vez, trata das narrativas historiográficas e traz exemplos de intervenções estatais na historiografia em regimes de exceção.

### **O golpe de 1964 no Enem pré-Bolsonaro**

Criado em 1998, o Enem – principal porta de acesso a cursos e universidades públicas e privadas – tem como objetivo avaliar o desempenho dos estudantes concluintes do Ensino

Médio. Desde 2004, a prova vem sendo utilizada como ferramenta para ingresso em instituições do ensino superior e, em 2010, com sua inclusão no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), foi reconhecido como o maior e mais completo exame educacional do Brasil. O exame, como bem traz o Educa Mais Brasil, também garante a estudantes de baixa renda o acesso aos programas governamentais de bolsas de estudo ou financiamento com juros reduzidos.

Organizado pelo Ministério da Educação e elaborado pelo Inep, o Enem é composto por 180 questões e uma redação. Os conteúdos apresentados compreendem aquilo que os estudantes aprendem nos três anos do Ensino Médio, divididos nas seguintes áreas: Ciências Humanas e suas Tecnologias, que abrange as disciplinas de História, Filosofia, Sociologia e Geografia; Ciências da Natureza e suas Tecnologias, que abraça a Química, a Física e a Biologia; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Redação, com Língua Portuguesa e Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol), Literatura, Artes e Educação Física e, por fim, Matemática e suas Tecnologias.

De 2011 até 2021, o Brasil teve quatro presidentes, estando Bolsonaro no poder desde um de janeiro de 2019 – primeiro ano em que as questões referentes ao conteúdo do regime militar sumiram das provas. 2011 foi o último ano do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva; em 2012, Dilma Rousseff assumiu e foi reeleita em 2015, mas sofreu um golpe em 2016, quando assumiu o seu vice, Michel Temer, que permaneceu no poder até 2018. Ao longo de seus mandatos, o Inep não sofreu qualquer tipo de ameaça, permanecendo livre para atuar na elaboração e na correção da prova, visto que, como mostra a advogada Gabriela Prioli, “o Estado persiste para além dos governos, que mudam conforme o passar da história”, ou seja, diferentemente do governo, que “refere-se aos indivíduos e às instituições que temporariamente administram o Estado, conduzindo a política e a gestão pública” (PRIOLI, 2021, p. 35), a burocracia pública permanece independente de quem utilize a faixa presidencial.

No ano de 2021, contudo, ocorreu um escândalo, noticiado nos mais diversos veículos de comunicação – como por exemplo o G1, trazido aqui como referência – referente ao pedido de exoneração coletiva em massa de 37 funcionários do Inep, alegando pressão do governo. Em um ofício com o pedido de dispensa encaminhado à diretoria do Inep, os servidores justificam a saída pela fragilidade técnica e administrativa da atual gestão máxima do órgão, além de assédio moral.

Como consta na tabela a seguir, elaborada por nós após a análise das mencionadas provas do Enem, ao menos uma questão sobre o tema era aplicada no Exame na última década.

Número de questões de Ditadura Militar no Exame Nacional do Ensino Médio (2011-2018).

Ano	Cor da prova	Nº de questões	Questão
2011	Amarela	1	43
2012	Amarela	1	19
2013	Amarela	1	23
2014	Azul	2	28 e 42
2015	Amarela	2	19 e 31
2016	Amarela	1	09
2017	Amarela	1	06
2018	Azul	2	61 e 69

Fonte: Elaborado pela autora.

A questão trazida na prova de 2011 faz referência ao Centro Popular de Cultura (CPC) e à União Nacional dos Estudantes (UNE) e a divergência de pensamento entre a esquerda brasileira, que acreditava que as peças produzidas pelos grupos eram importantes para a conscientização da classe trabalhadora; e a direita conservadora, que considerava que essa organização “constituía mais uma ameaça para a democracia brasileira, ao difundir a ideologia comunista”.

A questão nº 19 da prova amarela de 2012 trata da morte do jornalista Vladimir Herzog, ocorrida em 1975, durante o regime militar. Já a prova de 2013 traz na questão 23 da prova amarela uma imagem publicada no jornal *O Correio da Manhã*, em 1965, referente aos direitos políticos e ao bipartidarismo regulado. Em 2014, despontaram duas questões com o tema da ditadura, cuja primeira, de nº 28 da prova azul, faz menção à Comissão Nacional da Verdade (CNV) e ao esclarecimento das “circunstâncias de violações aos direitos humanos”; e a segunda, de nº 42 da mesma prova, trabalha os conceitos de democracia, Estado e de soberania popular.

Em 2015 também apareceram duas questões referentes à temática de ditadura militar brasileira: a questão nº 19 da prova amarela, cuja pergunta era concernente ao processo de

redemocratização brasileira; e a questão nº 31 da mesma prova traz uma charge de Ziraldo que aludia à captação de financiamentos estrangeiros.

A nona questão do caderno amarelo de 2016 aduz uma referência mais fraca, porquanto fala também de outros regimes ditatoriais na América Latina, não só no Brasil, mas que ainda assim vale ser mencionada; o tema da pergunta diz respeito à Operação Condor:

das ditaduras civil-militares que se disseminaram pelo Cone Sul entre as décadas de 1960 e 1980. Depois do Brasil (e do Paraguai de Stroessner), foi a vez da Argentina (1966), Bolívia (1966 e 1971), Uruguai e Chile (1973) e Argentina (novamente, em 1976); Em todos os casos se instalaram ditaduras civil-militares (em menor ou maior medida) com base na Doutrina de Segurança Nacional e tendo como principais características um anticomunismo militante, a identificação do inimigo interno, a imposição do papel político das Forças Armadas e a definição de fronteiras ideológicas. (PADRÓS, E. S. et al. Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985). história e memória. Porto Alegre: Corag, 2009 (adaptado). (ENEM, 2016).

Em 2017, a questão nº 66, também da prova amarela, fala sobre a participação da Igreja no “golpe de Estado, de 31 de março de 1964 [...]”. Por fim, em 2018, última prova anterior à posse do presidente eleito Jair Bolsonaro, duas questões referentes ao período da ditadura militar apareceram no Enem: a questão nº 61 da prova azul, falando sobre o período pré-ditadura; e a questão de nº 69 traz uma carta do cartunista Henrique de Souza Filho, conhecido como Henfil, para o então presidente Geisel. Foi a partir de 2019 que as coisas começaram a mudar. Os exames aplicados nos últimos três anos não apresentam nenhuma questão referente ao período da ditadura militar brasileira.

O presidente Bolsonaro chegou a afirmar, em novembro de 2021, que o seu governo não interferiu no Exame, pois se o tivesse feito, a “prova estaria marcada para sempre com questões objetivas de fato, não com questões ideológicas, como as que ainda vimos nessa prova”. O presidente afirmou, ainda, que não quer discutir se foi ou se não foi ditadura, mas “começar a história do zero; Foi dia 15 de abril, depois de uma eleição de 11 de abril, onde o Castello Branco foi votado pela Câmara e pelo Senado, e foi escolhido presidente da República à luz da Constituição de 1947”, afirmou Bolsonaro, ao lado do ministro da Educação Milton Ribeiro, em cerimônia de certificação de escolas cívico-militares, como mostra o G1.

Em outros momentos, Bolsonaro já havia proposto substituir, sob uma perspectiva não somente negacionista; como revisionista, o termo “ditadura” pelo de “revolução”, como aparece, por exemplo, nos Atos Institucionais. Os conceitos, contudo, são largamente opostos.

O significado de “golpe”, como bem apontam Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva, é um movimento “realizado contra uma Constituição [...]. De forma geral, um golpe de Estado é um fenômeno político quase sempre de caráter violento, uma ação radical contra a ordem vigente” (SILVA; SILVA, 2005, p. 174). Enquanto uma revolução é, a partir da leitura dos mesmos autores sobre Hector Bruit, “um fenômeno político-social de mudança radical na estrutura social; um confronto entre a classe que detém o poder do Estado e as classes que se acham excluídas desse poder” (SILVA; SILVA, 2005, p. 362).

Algumas características do golpe, portanto, são as articulações internas entre elites políticas a partir do Judiciário ou das forças armadas, pouca participação popular e se apoia numa falsa justificativa de manutenção da ordem política vigente quando essa se encontra ameaçada (no caso do Brasil, os líderes do golpe foram influenciados pelo governo estadunidense e alegaram proteger a nação de uma suposta ameaça comunista). Já a revolução é feita, principalmente, a partir da força e da participação popular de maneira rápida e violenta, alterando radicalmente as estruturas sociais, políticas e econômicas de determinado espaço.

A partir da explicação desses conceitos, percebe-se que a solicitação do presidente Jair Bolsonaro de alterar, na maior prova nacional, o termo golpe para revolução militar de 1964 é incoerente e falta com a verdade.

Na seção seguinte, veremos questões referentes aos discursos historiográficos e a quem serve determinadas narrativas – ou sua ausência – no Enem.

### **Narrativas do governo e seus objetivos**

Na educação dos jovens brasileiros, em que interfere a presença ou ausência desse determinado conteúdo em específico? Ora, vários Estados ao redor do mundo já tentaram interferir no ensino de História. Normalmente acontece durante a mudança de um governo para outro, após uma guerra ou durante um regime de exceção. No fim da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, foi proibido o ensino de História nos países vencidos. Christian Laville, em seu artigo a respeito da guerra das narrativas, aponta como a manipulação dos conteúdos ministrados pela História permite que se molde as consciências em prol de determinados objetivos, posto que a “história é certamente a única disciplina escolar que recebe intervenções

diretas dos altos dirigentes e a consideração ativa dos parlamentares. Isso mostra quão importante é ela para o poder” (LAVILLE, 1999, p. 130).

O dicionário Interativo da Educação Brasileira, no site do Educa Mais Brasil, mostra como as disciplinas de Moral e Cívica e de Organização Social e Política Brasileira foram adicionadas ao currículo escolar em 1969 em substituição às matérias de Filosofia e de Sociologia, sendo responsáveis pela transmissão da ideologia do regime autoritário, uma vez que seus docentes exaltavam o nacionalismo e o civismo dos estudantes, privilegiando o ensino de informações puramente factuais, em vez de refletir e analisar os conteúdos com as turmas.

Bruno Nascimento aponta, em seu artigo *a*, como a história enquanto disciplina autônoma já nasceu para servir ao governo francês na tentativa de forjar a identidade nacional, visto que foi parida num contexto de laicização de toda sociedade em pleno século XIX. Já no Brasil, a disciplina foi inserida nos currículos dentro do processo de pós-independência do país, que inquiria uma identidade nacional própria, e buscou como referência de ensino a França.

Voltando a falar sobre o período da ditadura militar no Brasil, a escola era tida pelo governo como “espaço privilegiado da divulgação de sua ideologia”. E Nascimento prossegue afirmando que

pedagógico expressava bem o objetivo central da educação neste período, ou seja, fornecer mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, pois se fazia necessário inserir o país no cenário político e econômico do capitalismo internacional. Assim, a formação geral, especialmente a da área de humanas foi afetada. Além disso, as escolas não foram estruturadas para cumprir tal função. (NASCIMENTO, 2016, p. 33)

Havia um foco exagerado na memorização de datas e de nomes, principalmente dos tidos como heróis nacionais. Havia a supervalorização de determinado grupo, conveniente às intenções do governo e a exclusão total de outros. Ressalta-se, porém, que “a crítica que se faz a este método é contra a memorização mecânica que não traz sentido e significado algum para os alunos, ou seja, a mera repetição e não contra o desenvolvimento intelectual de memorizar” (NASCIMENTO, 2016, p. 36).

Contudo, há muito tempo não se via mais a “missão de inculcar nas consciências uma narrativa única glorificando a nação ou a comunidade”, até porque em “quase todas as partes do mundo, os programas escolares exigem que o ensino da história desenvolva nos alunos a autonomia intelectual e o pensamento crítico” (LAVILLE, 1999, p. 125). Todavia, percebe-se

semelhança entre o exemplo trazido por Nascimento e o discurso do presidente Bolsonaro, que afirmou ansiar por questões com datas, acontecimentos e líderes. Sua preocupação, como ele mesmo narrou, é que os estudantes brasileiros decorem quem foi Castelo Branco, o que ocorreu no dia 15 de abril de 1964 e assim por diante. Esse modelo tecnicista de ensino já foi revisto e não é mais condizente com a realidade educacional atual. Nota-se, portanto, que a pergunta feita na nossa introdução “por que se fez tanta questão em remover o conteúdo das provas” deve ser substituída por “por que reformular o conteúdo referente ao Golpe de 1964?”.

Quando o historiador Rodrigo Patto Sá Motta escreveu *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar* (2021), iniciou a introdução de seu livro com uma entrevista dada por Jair Bolsonaro ao jornalista William Bonner, do *Jornal Nacional*, em que o então candidato à presidência proferiu "Deixa os historiadores pra lá!". Patto expõe como Bolsonaro desqualificou a história acadêmica e como esse episódio revela algumas questões em disputa quanto ao mencionado período.

[...] os grupos que dirigiram a transição democrática evitaram enfrentar o passado autoritário. Muito pelo contrário, tentaram esquecê-lo. E essa política de esquecimento contribuiu para deixar o tema em segundo plano no debate público, o que não favoreceu a consolidação de valores democráticos na sociedade. (MOTTA, 2021, posição 47)

Motta preocupa-se em realizar um panorama tanto do quadro pré golpe, como das consequências desse período, além de expor como se posiciona cada ala da política nacional atual perante o ocorrido.

Para setores da direita, especialmente a ala mais radical e autoritária, 1964 é um episódio a ser valorizado e comemorado, pois marcou a derrota da esquerda e o início de um regime político orientado para a "ordem e o progresso" ou para o "desenvolvimento com segurança". Para a esquerda, e para alguns seguimentos da direita liberal, 1964 representa o início de uma era de ditadura, de violência política e de desrespeito grave aos direitos humanos, cujo legado deve ser enfrentado e superado para a construção de uma verdadeira democracia. (MOTTA, 2021, posição 61).

Podemos tomar um gancho para falar a respeito do discurso historiográfico. Quem escreve, escreve direcionado a determinado público consumidor. E quem consome as avaliações do Enem? Qual o público alvo que o Estado brasileiro tenta atingir?

Coronéis contemporâneos ao governo de Jango, reclamavam da tentativa do então presidente de aumentar o salário mínimo, pois o pagamento dos trabalhadores se aproximaria

dos vencimentos dos graduados, diminuindo na população o desejo de seguir carreira militar. Motta expõe algumas outras medidas em prol da população que desagradou e assustou a elite da época, “cujo discurso de cordialidade em grande medida servia para tentar suavizar conflitos e negar relevância às diferenças sociais e raciais, a exemplo do argumento de que no Brasil existiria uma democracia racial”. (MOTTA, 2021, posição 285).

O projeto político criado em torno de Jair Bolsonaro tenta impor uma visão "politicamente distorcida e maniqueísta sobre a história do golpe de 1964 e da ditadura militar" (MOTTA, 2021, posição 82). Um general membro de sua campanha prometeu eliminar livros de história que não tragam a verdade sobre 64, assim como o ministro da educação, Ricardo Velez, "anunciou a disposição de revisar os livros didáticos para adequá-los à visão de que 1964 não originou uma ditadura". (*Ibidem*, posição 87).

Quando o candidato a presidência diz para deixar os historiadores pra lá, ele agride a ciência histórica com "achismos".

Os historiadores não emitem meras opiniões, já que seguem padrões e métodos científicos, e devem respeitar limites éticos. Ainda que não seja infalível, o conhecimento acadêmico é o que oferece os melhores e mais confiáveis instrumentos para se tentar alcançar a verdade histórica. (MOTTA, 2021, posição 125).

No que se refere à questão do discurso, voltemos um pouco para o trabalho do professor Laville. Ele traz alguns exemplos ilustrativos de quando diversos países interferiram no programa nacional de história. Laville começa falando em exemplos relativos à manutenção da ordem estabelecida nos EUA, na Inglaterra e na França, em seguida exemplifica as interferências estatais na reconstituição de países como Alemanha, Itália e Japão; o exemplo de nº três inculcado por Laville é tocante à luta contra o Estado no Japão e no México; o quarto e último exemplo ilustrativo suscitado por Laville diz respeito à definição de uma identidade supranacional que, ao contrário dos exemplos anteriores que ocorriam no âmbito da nação, oferece um discurso para além desse contexto.

É o caso do projeto de ISESCO de propor aos alunos dos países muçulmanos um programa islâmico da história. Trata-se de ensinar, aos alunos dos diferentes países, que, apesar de suas identidades nacionais, eles pertencem antes de tudo à grande comunidade dos muçulmanos (LAVILLE, 1999, p. 135).

A história é, desse modo, "alvo de grupos que entendem ser necessário dominá-la a fim de alcançar o controle da opinião política dos brasileiros" (MOTTA, 2021, posição 115). A narrativa do presidente Jair Bolsonaro, no que diz respeito aos quatro pontos trazidos por Laville, pode ser encaixada na tentativa de manutenção da ordem estabelecida.

### **Considerações finais**

Se determinado conteúdo desaparece do principal exame avaliativo do Brasil, é natural que as escolas dediquem menos tempo a ele e priorizem em seu currículo os conteúdos requisitados com maior frequência. Sabe-se que o papel da escola, como mostra a prefeitura do Recife em sua política de ensino municipal, vai além de preparar o indivíduo "para a próxima série, para a outra etapa de ensino, para o vestibular, para atender aos desígnios do mercado e abrir as portas para um emprego" (RECIFE, 2014, p. 107), e não se pode negar que são os rostos estampados em cartazes com a testa pintada em tinta vermelha a *hashtag* "FeraMed" que dão credibilidade à escola perante a opinião pública. Escolas com baixos índices de aprovação nos vestibulares são pouco requisitadas.

Ao longo da leitura de diversos sites políticos e de artigos diversos sobre educação e história do tempo presente, percebemos que não é só no Brasil que acontece intervenção estatal nas instituições de ensino; e que essas alterações ocorrem a fim de beneficiar determinado viés político. Perguntamo-nos, portanto, a quem interessa, no governo Bolsonaro, a ausência de questões sobre o golpe de 1964 nas provas do Enem? Percebemos, através de seu discurso, que o interesse do presidente da República não é a dissolução do tema, mas que ele retorne "com a cara do governo", ou seja, a partir de uma perspectiva revisada por seus seguidores. A intenção bolsonarista não é a exclusão do conteúdo, mas sim que o Ensino Médio o estude por sua perspectiva. Comprova-se, desse modo, o que afirmamos desde o princípio: todo discurso serve a um público específico. A mudança de golpe para revolução agrada a alguém, caso contrário, não teria sido proposta.

A História, contudo, não serve a um presidente – qualquer que seja. Não serve, tampouco, a um grupo. A História serve ao todo. A disciplina detém, desde o seu surgimento no século XVIII, compromisso com a indagação e com a verdade. Mesmo com o atual presidente solicitando uma revisão do conteúdo, diversas provas foram apresentadas para negar

o seu desejo. As próprias definições dos conceitos de golpe e de revolução são opostas, assim como o modelo tecnicista de ensino ultrapassado (ao menos no que se refere às Ciências Humanas). Então, a proposta do presidente acerca de questões com perguntas objetivas com nomes e datas presentes do período do regime militar também não condizem com a realidade do Exame Nacional do Ensino Médio, que preza pelo desenvolvimento do pensamento crítico, e não pela mera reprodução descontextualizada.

## REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Fundamental II**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: jan. 2022.

ENEM 2011 – Exame Nacional do Ensino Médio. INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Ministério da Educação**. Disponível em: <http://www.enem.inep.gov.br/>. Acesso em: jan. 2022.

ENEM 2014 – Exame Nacional do Ensino Médio. INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Ministério da Educação**. Disponível em: <http://www.enem.inep.gov.br/>. Acesso em: jan. 2022.

ENEM 2016 – Exame Nacional do Ensino Médio. INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Ministério da Educação**. Disponível em: <http://www.enem.inep.gov.br/>. Acesso em: jan. 2022.

ENEM 2017 – Exame Nacional do Ensino Médio. INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Ministério da Educação**. Disponível em: <http://www.enem.inep.gov.br/>. Acesso em: jan. 2022.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 19, nº 38, p. 125-138. 1999.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete EMC (Educação Moral e Cívica). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <https://www.educabrazil.com.br/emc-educacao-moral-e-civica/>. Acesso em: jan. 2022.

MOTTA, M. M. M. História, memória e tempo presente. In: **Novos domínios da história**. Organizadores: Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. *E-book Amazon*.

NASCIMENTO, B. R. M. **A Ditadura Militar e o ensino de História: uma relação conflituosa**. Macapá, v. 6, n. 3, p. 29-39, set./dez. 2016.

PRIOLI, Gabriela. **Política é para todos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RECIFE. **Secretaria de Educação**. Política de Ensino da Rede Municipal do Recife: subsídios para atualização da organização curricular. Élia de Fátima Lopes Maçaira (Org.), Katia Marcelina de Souza (Org.), Marcia Maria Del Guerra (Org.). 2º ed. – Recife: Secretaria de Educação, 2014.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos histórico**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Disponível em: <https://dados.gov.br/organization/about/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-inep>. Acesso em: Jan. 2022.

Enem – O que é. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/programas-do-governo/enem/o-que-e>. Acesso em: Jan. 2022.

Inep: Entenda a crise que levou à saída de 37 servidores do órgão responsável pelo Enem e como isso pode afetar o exame. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/11/09/inep-entenda-a-crise-no-orgao-responsavel-pelo-enem-e-como-isso-pode-impactar-o-exame.ghtml>. Acesso em: Jan. 2022.

Enem: Bolsonaro diz que queria questão sobre regime militar para 'começar a história do zero'. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/politica/noticia/2021/11/24/enem-bolsonaro-diz-que-queria-questao-sobre-regime-militar-para-comecar-a-historia-do-zero.ghtml>. Acesso em: Jan. 2022.